



A ARTICULAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO NA EPT E A FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL: perspectivas para a inclusão de alunos com deficiência

THE ARTICULATION BETWEEN EDUCATION AND WORK IN EPT AND COMPREHENSIVE HUMAN TRAINING: perspectives for the inclusion of students with disabilities

ARTIGO

Ronilson Farias Majjione Balbuena¹
Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT
E-mail: ronilsonmajjione@gmail.com

Zaryf Araj Dahroug Pacheco
Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT
E-mail: zaryf.dahroug@ifmt.edu.br

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo analisar como a articulação entre educação e trabalho na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) pode promover a formação humana integral, com foco na inclusão de alunos com deficiência. O estudo discute práticas pedagógicas e metodológicas que possibilitam a integração de estudantes com necessidades especiais no ambiente da EPT, destacando a importância de estratégias interdisciplinares e do uso de tecnologias assistivas para garantir uma educação inclusiva e equitativa. São abordadas práticas educativas interdisciplinares que promovem a articulação entre o mundo do trabalho e a educação, além de apresentar experiências realizadas no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) na área de Educação Especial, refletindo sobre os desafios e as potencialidades da inclusão no contexto da EPT. Para isso foi realizado uma pesquisa de abordagem qualitativa e quanto aos procedimentos, uma pesquisa descritiva e bibliográfica. Tendo como orientação teórica: Arroyo (2011); Freire (1996); Frigotto (2011); Gramsci (1978); Machado (2018); Mantoan (2006); Piaget (1978); Saviani (2007); Vygotsky (1984), entre outros autores. Os resultados indicam que a EPT tem o potencial de promover o desenvolvimento integral de estudantes com deficiência, preparando-os tanto para o mercado de trabalho quanto para uma atuação cidadã e crítica na sociedade.

Palavras-chave: Desenvolvimento Integral; Educação Especial; Educação Inclusiva; Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT:

This article aims to analyze how the articulation between education and work in Professional and Technological Education (EPT) can promote integral human training, with a focus on the inclusion of students with disabilities. The study discusses pedagogical and methodological practices that enable the integration of students with special needs in the EPT environment, highlighting the importance of interdisciplinary strategies and the use of assistive technologies to ensure inclusive and equitable education. Interdisciplinary educational practices that promote articulation between the world of work and education are discussed, in addition to presenting experiences carried out at the Federal Institute of Mato Grosso (IFMT) in the area of Special Education, reflecting on the challenges and potential of inclusion in the context of EPT. For this purpose, qualitative research was carried out and, regarding procedures, descriptive and bibliographical research was carried out. Having as theoretical orientation: Arroyo (2011); Freire (1996); Frigotto (2011); Gramsci (1978); Machado (2018); Mantoan (2006); Piaget (1978); Saviani (2007); Vygotsky (1984), among other authors. The results indicate that EPT has the potential to promote the integral development of students with disabilities, preparing them both for the job market and for critical citizenship in society.

Keywords: Integral Development; Special Education; Inclusive Education; Professional and Technological Education.

Editor:

Dr. João Batista Lopes da Silva
Universidade do Estado de Mato Grosso
e-mail: revistaedu@unemat.br



1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil tem se consolidado como uma política pública fundamental para a formação de sujeitos capazes de atuar de forma crítica e autônoma no mundo do trabalho, integrando saberes técnicos e humanísticos. Frigotto (2011) afirma que sua proposta ultrapassa a mera capacitação técnica, buscando promover uma formação integral que considere o ser humano em suas múltiplas dimensões – técnica, ética, social e cultural. Nesse sentido, a EPT se estrutura a partir da premissa de que o trabalho deve ser entendido não apenas como um meio de subsistência, mas como uma atividade educativa que contribui para a emancipação dos indivíduos. Essa perspectiva está alinhada com as teorias de Gramsci (1978), que entende o trabalho como um princípio educativo, capaz de formar sujeitos críticos e transformadores.

Nos Institutos Federais, que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, essa visão de educação integral é aplicada por meio de currículos que articulam teoria e prática, enfatizando a importância do trabalho como elemento central no processo educativo. No entanto, um dos maiores desafios enfrentados por essas instituições é a inclusão de estudantes com deficiência no contexto da EPT. A inclusão educacional, garantida pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), exige que o ensino seja acessível e inclusivo, adequando-se às necessidades específicas de todos os alunos. O desafio não se resume à adaptação de materiais, mas envolve uma reformulação de práticas pedagógicas, metodologias e estruturas físicas e curriculares para atender os alunos com deficiência.

No contexto da EPT, a inclusão de estudantes com deficiência assume um papel ainda mais relevante, considerando que a formação técnico-profissional tem como objetivo preparar o indivíduo para o mundo do trabalho. A formação integral desses estudantes deve, portanto, ir além do desenvolvimento de habilidades técnicas, contemplando também a construção de uma cidadania crítica e participativa. Segundo Saviani (2007), a educação deve ser compreendida como um processo de formação humana, no qual o trabalho é central para o desenvolvimento do indivíduo como um ser social e produtivo. Assim, a inclusão desses alunos requer um olhar atento para as interações entre educação e trabalho, que precisam ser continuamente articuladas para garantir a equidade e a justiça social.

Este artigo tem como objetivo principal analisar como a articulação entre educação e trabalho, no contexto da EPT, pode promover a formação humana integral, com ênfase na inclusão de alunos com deficiência. A formação humana integral envolve o desenvolvimento das capacidades físicas, cognitivas, emocionais e sociais dos estudantes, o que exige práticas pedagógicas que considerem a diversidade de seus contextos e necessidades. A inclusão de alunos com deficiência, em particular, exige a implementação de estratégias interdisciplinares, transversais e o uso de tecnologias assistivas que possam proporcionar uma experiência educativa acessível e eficaz.

Para explorar essa questão, o artigo se debruça sobre as práticas inclusivas desenvolvidas no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), onde o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem sido utilizado como uma ferramenta central para promover a inclusão de alunos com deficiência. Serão apresentadas experiências práticas e desafios enfrentados na implementação de políticas inclusivas, além de discutir como o trabalho como princípio educativo pode contribuir para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e transformadora. A pesquisa realizada é de natureza qualitativa, com abordagem descritiva e bibliográfica, buscando compreender como a articulação entre educação e trabalho, no contexto da EPT, pode promover a inclusão e o desenvolvimento integral de estudantes com deficiência.

A estrutura deste artigo foi organizada da seguinte forma: a primeira seção apresenta o tema e os objetivos do estudo; a segunda seção apresenta uma revisão bibliográfica sobre a relação entre educação e trabalho na EPT, com foco na inclusão; a terceira seção detalha os materiais e métodos utilizados; a quarta seção apresenta os resultados e discussões obtidos a partir da análise das práticas aplicadas no IFMT. Por fim, as considerações finais refletem sobre os desafios e potencialidades da inclusão de estudantes com deficiência na EPT, seguidas pelas referências bibliográficas que sustentam a pesquisa.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A inclusão educacional é amplamente discutida e defendida como um direito fundamental de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais. Segundo Mantoan (2003), a inclusão escolar não se resume à colocação de alunos com deficiência em escolas regulares, mas exige uma transformação do sistema educacional como um todo, para que este possa atender às necessidades de todos os estudantes. Esse processo exige mudanças na organização escolar, na formação docente e nas práticas pedagógicas.

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a inclusão de alunos com deficiência ganha uma dimensão ainda mais significativa. A formação técnico-profissional, que visa preparar o indivíduo para o mundo do trabalho, deve também contemplar a construção de uma cidadania crítica e participativa. Saviani (2007) reforça que a educação deve ser vista como um processo de formação humana integral, no qual o trabalho desempenha um papel central no desenvolvimento do indivíduo, tanto como ser social quanto produtivo.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146 de 2015, é um marco importante nessa trajetória, pois assegura os direitos das pessoas com deficiência, enfatizando o direito à educação inclusiva. Essa legislação estabelece que é necessário eliminar as barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais, a fim de garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência. No âmbito da EPT, isso significa adequar o ambiente e as práticas educacionais para promover a inclusão eficaz.

Mittler (2003) também argumenta que a implementação de práticas pedagógicas inclusivas deve considerar as necessidades individuais dos estudantes. Ele sugere o uso de abordagens diferenciadas de ensino, tecnologias assistivas e currículos flexíveis, que se adaptem às capacidades e interesses dos alunos. Além disso, destaca a importância da colaboração entre professores, pais e profissionais de apoio para criar um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo.

Glat (2007) aborda a inclusão escolar a partir de uma perspectiva cultural, ressaltando a necessidade de desenvolver uma cultura escolar que valorize a diversidade. Para o autor, é essencial que as escolas criem práticas que respeitem as diferenças e promovam a participação ativa de todos os alunos. Isso implica a adaptação de materiais didáticos e o uso de metodologias de ensino diversificadas, além da formação continuada dos professores para atender às demandas de uma educação inclusiva.

As Diretrizes do Ministério da Educação (MEC) para a Educação Especial, com destaque para a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), também orientam a implementação de políticas inclusivas nas escolas brasileiras. O documento defende que a educação especial deve ser integrada à educação regular, promovendo o acesso e a aprendizagem de todos os estudantes. Além disso, o MEC destaca a importância da formação docente e da adaptação de recursos didáticos e de infraestrutura escolar para garantir a acessibilidade.

Nesse sentido, a Resolução Consup nº 88, de 16 de setembro de 2022, estabelece a Política de Educação Inclusiva no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT). A política visa garantir o direito à educação e à acessibilidade, além de oferecer Atendimento Educacional Especializado (AEE) para estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas. Essa política se fundamenta em princípios de igualdade, dignidade e acessibilidade, propondo diretrizes para a formação continuada dos professores e a adaptação de recursos e práticas pedagógicas inclusivas.

A EPT, ao lado da educação e do trabalho, deve promover uma formação que transcenda a qualificação técnica, integrando saberes técnicos e humanísticos. Gramsci (1978) foi um dos primeiros a defender que o trabalho não deve ser entendido apenas como uma atividade econômica, mas como uma atividade humana essencial para o desenvolvimento integral do indivíduo. Segundo o autor, o trabalho tem uma função formativa que contribui para o desenvolvimento das capacidades intelectuais e culturais dos sujeitos, além de promover a sua emancipação social. Para o autor, o trabalho, quando inserido em uma prática pedagógica crítica, tem o potencial de integrar o saber prático e o saber teórico, proporcionando uma formação integral e transformadora.

Saviani (2007) complementa essa visão ao destacar que o trabalho, no contexto educacional, não deve ser visto unicamente como uma atividade produtiva externa para a inserção no mercado de trabalho. Ele o define como uma oportunidade pedagógica que articula

a educação com o desenvolvimento ético, social e político do indivíduo. A EPT, nesse sentido, transcende a mera qualificação técnica e assume um papel central na formação de sujeitos independentes, críticos e reflexivos. Essa perspectiva ressalta que o trabalho, como princípio educativo, possibilita uma formação que vai além da preparação profissional, promovendo a formação cidadã.

No contexto da EPT, Frigotto (2011) argumenta que a formação integral não pode se restringir à qualificação técnica. Ele defende que a EPT deve articular os saberes técnicos com a formação geral, promovendo o desenvolvimento social, cultural e político dos estudantes. Essa visão está alinhada com a ideia de formação humana integral, que engloba as múltiplas dimensões do ser humano, incluindo as éticas, culturais, políticas e técnicas. Frigotto (2011) ainda destaca que, para atingir essa formação, a EPT deve promover uma articulação transversal entre as disciplinas, rompendo com a fragmentação do conhecimento e oferecendo uma formação que contemple o sujeito em sua totalidade.

A legislação brasileira também reforça essa visão. A Lei nº 11.892/2008, que institui os Institutos Federais, destaca a importância da EPT como um espaço de formação cidadã e profissional. Segundo a lei, a formação profissional deve estar articulada com a formação humana integral, evoluindo o desenvolvimento crítico e ético dos estudantes. Além disso, o Decreto nº 5.154/2004 regulamenta a integração entre a formação técnica e a formação geral, registrando que a educação deve preparar o estudante para o exercício pleno da cidadania. Isso demonstra que o conceito de formação integral está enraizado nas políticas públicas brasileiras externas para a educação profissional.

Em termos de inclusão, a EPT enfrenta o desafio de garantir o acesso e a permanência de estudantes com deficiência. Mantoan (2006) ressalta que a inclusão no ambiente educacional não requer apenas a inserção física dos alunos com deficiência nas escolas, mas também a adaptação das práticas pedagógicas e curriculares para atender às suas necessidades específicas. A autora enfatiza a importância de métodos ativos e personalizados que garantam que todos os estudantes possam acessar plenamente o currículo. Nesse sentido, a EPT, ao ensino e trabalho articular, deve considerar as necessidades de alunos com deficiência para que eles possam se desenvolver em todas as suas dimensões.

Ferreira e Mantoan (2013) reforçam que o uso de tecnologias assistivas e a oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) são essenciais para garantir a inclusão efetiva desses estudantes. Tecnologias assistivas, como leitores de tela, softwares de reconhecimento de voz e materiais didáticos acessíveis, são fundamentais para que alunos com deficiência visual, auditiva ou motora possam acompanhar as atividades acadêmicas e participar de maneira plena das práticas formativas. Além disso, a AEE oferece suporte pedagógico especializado, permitindo que o currículo seja adaptado de acordo com as necessidades de cada aluno. Esse suporte é imprescindível para que a inclusão não seja apenas simbólica, mas de fato materializado na prática pedagógica.

Saviani (2007) argumenta que a educação inclusiva, ao integrar todos os indivíduos, independentemente de suas condições, fortalece a concepção de trabalho como princípio educativo. A inclusão, nesse sentido, não apenas garante o direito à educação de estudantes com deficiência, mas também promove uma reflexão crítica sobre as práticas educacionais, incentivando o desenvolvimento de currículos mais flexíveis e humanizadores. Ao integrar esses estudantes ao ambiente escolar, a EPT cumpre seu papel de formar cidadãos independentes, críticos e preparados para a vida em sociedade.

O conceito de “formação humana integral” também está intimamente ligado à ideia de que o desenvolvimento do ser humano deve ocorrer em todas as suas dimensões, como destacam Freire (1996) e Arroyo (2011). Freire (1996) defende que o processo educativo deve promover a emancipação dos sujeitos, tornando-os conscientes de sua realidade social e capazes de transformá-la. Arroyo (2011), por sua vez, salienta que o currículo na EPT deve ser um “território em disputa”, onde se articulam conhecimentos científicos, técnicos, humanísticos e éticos, promovendo o desenvolvimento pleno dos indivíduos.

Essa concepção de educação integral é fortalecida pela visão de Piaget (1978) e Vygotsky (1984), que veem a aprendizagem como um processo que deve englobar o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos indivíduos. Para Vygotsky (1984), o desenvolvimento humano ocorre por meio das interações sociais, sendo o trabalho uma dessas interações fundamentais que protegem para o crescimento intelectual e social. Piaget (1978)

também destaca que o desenvolvimento cognitivo não ocorre de forma isolada, mas sim em um contexto social e cultural, onde a educação e o trabalho desempenham papéis centrais.

No contexto da inclusão de alunos com deficiência, essas teorias de aprendizagem sustentam a ideia de que é necessário criar ambientes educacionais que promovam a interação, a cooperação e a participação ativa de todos os alunos. A utilização de metodologias interdisciplinares e a personalização do ensino, como defendido por Freire (1996), são estratégias importantes para garantir que os estudantes com deficiência possam se desenvolver em todas as suas potencialidades, dentro da EPT.

Dessa forma, a EPT, ao articular o trabalho como princípio educativo e ao promover a formação integral, tem o potencial de se tornar um espaço inclusivo e transformador. A inclusão de alunos com deficiência, com o suporte de tecnologias assistivas e práticas pedagógicas adaptadas, não apenas contribui para a equidade educacional, mas também fortalece a função social da EPT, que é a de formar cidadãos críticos e inovadores, capazes de atuar tanto no mercado de trabalho quanto à sociedade de forma responsável e ética.

3 MATERIAL E MÉTODOS

A escolha do método de pesquisa é um dos aspectos mais importantes para a qualidade e a consistência dos resultados em qualquer estudo. Marconi e Lakatos (2007) destacam que a determinação das técnicas e metodologias a serem utilizadas no desenvolvimento de uma pesquisa é essencial para garantir objetividade e profundidade na análise dos dados. Assim, para atingir os objetivos deste estudo, que visa investigar a articulação entre educação e trabalho na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e sua relação com a inclusão de alunos com deficiência, optou-se por uma abordagem qualitativa e descritiva, considerada a mais adequada para capturar as nuances da inclusão e da formação humana integral nesse contexto.

A pesquisa qualitativa foi escolhida por sua capacidade de explorar a complexidade das especificidades estudadas, buscando compreender as experiências, significados e percepções dos indivíduos envolvidos no processo educativo. Conforme Triviños (1987, p. 130), “a pesquisa qualitativa busca as raízes dos significados, as causas de sua existência e suas relações, tratando de explicar e compreender o desenvolvimento da vida humana e seus diferentes significados no contexto social e cultural”. Isso é particularmente relevante no estudo da inclusão de alunos com deficiência na EPT, onde as interações sociais, a adaptação curricular e o uso de tecnologias assistivas desempenham um papel central.

Gatti (2002) reforça que o método qualitativo não é apenas uma sequência de etapas, mas sim um conjunto de atitudes, com base nos valores do pesquisador que influenciam o processo de construção do conhecimento. Nesse sentido, uma abordagem qualitativa permite ao pesquisador desenvolver uma análise profunda e detalhada das práticas educacionais voltadas para a inclusão, explorando não apenas os dados objetivos, mas também os aspectos subjetivos e intersubjetivos presentes no ambiente escolar.

Com relação aos objetivos, a pesquisa tem um caráter descritivo, uma vez que busca descrever as práticas pedagógicas e as experiências de inclusão desenvolvidas no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), especificamente no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Marconi e Lakatos (2007) apontam que estudos descritivos são específicos para a compreensão da natureza de uma especificidade, suas características e os processos que o compõem, sem interferir diretamente na realidade científica. A intenção, neste caso, é descrever e analisar as formas como a inclusão de alunos com deficiência é inovadora e como a articulação entre educação e trabalho na EPT contribui para a formação integral desses estudantes.

Segundo Triviños (1987), estudos descritivos desativaram uma delimitação clara das técnicas, métodos, modelos e teorias que guiarão a coleta e interpretação dos dados. No presente estudo, esta delimitação foi essencial para garantir a validade científica da pesquisa, especialmente em um campo como a Educação Especial na EPT, onde as práticas pedagógicas são complexas e interdisciplinares.

Além disso, a pesquisa bibliográfica foi fundamental para a fundamentação teórica do estudo. De acordo com Gil (1999), o levantamento bibliográfico permite ao pesquisador uma visão abrangente sobre o tema estudado, ao colocar em perspectiva as diferentes abordagens e contribuições de autores consagrados. Marconi e Lakatos (2007, p. 166) afirmam que o levantamento bibliográfico “coloca o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito,

aqui ou filmado sobre determinado assunto”. No presente estudo, a bibliografia utilizada inclui livros, artigos científicos, dissertações e teses que abordam temas como educação inclusiva, trabalho como princípio educativo e formação integral.

A revisão bibliográfica incluiu livros, artigos científicos, dissertações e teses relacionadas à educação inclusiva, ao trabalho como princípio educativo e à formação integral. As principais fontes consultadas foram bases de dados acadêmicas como Google Scholar, Scielo e CAPES, utilizando descritores como “Educação Profissional e Tecnológica”, “inclusão de alunos com deficiência”, “trabalho como princípio educativo”, “tecnologias assistivas”, “formação humana integral” e “Atendimento Educacional Especializado (AEE)”.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de materiais publicados em fontes acadêmicas confiáveis, incluindo obras de Gramsci (1978), Saviani (2007), Mantoan (2006), Freire (1996), entre outros. Esses autores fornecem o suporte teórico necessário para compreender a relação entre trabalho e educação, assim como os desafios e potencialidades da inclusão de alunos com deficiência na EPT.

Como parte da metodologia qualitativa e descritiva, também foram comprovadas as experiências práticas desenvolvidas no IFMT, particularmente no projeto “Política de Inclusão do IFMT - Mapeamento e Implementação de Atendimento Educacional Especializado”, aprovado no Edital 97/2024. O projeto tem como objetivo mapear as necessidades dos alunos com deficiência e implementar estratégias inclusivas que promovam a equidade no acesso à educação. A análise dessas práticas incluiu a observação do uso de tecnologias assistivas, como leitores de tela e materiais didáticos adaptados, e da integração entre disciplinas técnicas e inclusivas no currículo da EPT.

Segundo Gatti (2002), o método qualitativo permite que o pesquisador não apenas colete dados, mas também interprete os significados subjetivos atribuídos aos sujeitos envolvidos na pesquisa, o que enriquece a compreensão das práticas inclusivas no contexto educacional. A análise dos dados segue os princípios da pesquisa qualitativa, buscando identificar padrões, relações e significados a partir de relatos e documentos analisados.

A interpretação dos dados levou em consideração a teoria crítica da educação, com base nas contribuições de Gramsci (1978) e Freire (1996), que enfatizam a importância de uma educação emancipatória e inclusiva. O trabalho como princípio educativo, conforme planejado por Saviani (2007), foi um dos eixos centrais da análise, explorando como essa concepção pode ser aplicada de forma inclusiva na EPT.

Os dados foram organizados em categorias que refletem os principais temas da pesquisa: adaptação curricular, uso de tecnologias assistivas, inclusão de alunos com deficiência e articulação entre educação e trabalho. A partir dessas categorias, foram identificadas práticas que demonstram como a EPT pode contribuir para a formação integral, promovendo tanto a qualificação técnica quanto o desenvolvimento humano, ético e social.

A escolha metodológica foi fundamental para garantir a profundidade e a coerência da pesquisa, permitindo uma análise detalhada das práticas inclusivas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Uma abordagem qualitativa, combinada com o estudo de caso do IFMT, possibilitou uma compreensão ampla das estratégias e desafios envolvidos na promoção de uma educação inclusiva e articulada com o mundo do trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos no âmbito do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) mostram que a articulação entre trabalho e educação na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) pode promover a formação humana integral, especialmente quando associada a práticas inclusivas. A implementação de metodologias que integram as dimensões técnica, social e cultural dos estudantes tem sido fundamental para o sucesso dessa articulação, proporcionando um ambiente educacional que não apenas prepara os alunos para o mercado de trabalho, mas também desenvolve sua autonomia, criticidade e cidadania.

Uma das principais práticas desenvolvidas no IFMT, que evidencia essa relação entre trabalho e educação, é o projeto de pesquisa intitulado “Política de Inclusão do IFMT - Mapeamento e Implementação de Atendimento Educacional Especializado (AEE)”, aprovado no Edital 97/2024 - PROPES/RTR/IFMT. Este projeto, ainda em fase de execução, visa mapear os estudantes público-alvo da Educação Especial no IFMT e implementar o AEE, com adaptações

curriculares e o uso de tecnologias assistivas, para promover a inclusão integral desses alunos. Esse mapeamento revelou a diversidade de necessidades educacionais dos estudantes com deficiência, evidenciando a importância de personalizar o atendimento educacional.

As práticas pedagógicas inclusivas desenvolvidas no IFMT, dentro do escopo do projeto, têm promovido a adaptação curricular em diversas disciplinas técnicas, permitindo que os alunos com deficiência participem ativamente dos cursos oferecidos. Esse processo começou com uma análise individualizada de cada estudante com deficiência, realizada em parceria com os professores das disciplinas técnicas. A partir dessas análises, elaboramos um Plano Educacional Individualizado (PEI), que serve como guia para a adaptação de conteúdos, atividades e formas de avaliação, de modo que os alunos com deficiência possam acompanhar as disciplinas em igualdade de condições. No caso de alunos com deficiência visual, por exemplo, foi essencial o uso de tecnologias assistivas como softwares de leitura de tela para que pudessem realizar tarefas em cursos de informática e programação.

Além disso, a inclusão de alunos com deficiência e a reorganização dos espaços de trabalho para garantir a acessibilidade e a segurança desses estudantes. Em conjunto com os professores da disciplina, promovemos atividades que incluíram tanto os alunos com deficiência quanto os demais colegas, criando um ambiente colaborativo. Esse processo não apenas permitiu que os alunos com deficiência física participassem das atividades práticas, mas também incentivou todos os estudantes a desenvolverem habilidades como trabalho em equipe, respeito às diferenças e resolução de problemas práticos em contextos reais.

As aulas práticas e laboratoriais também foram ajustadas com o uso de metodologias interdisciplinares, conectando conhecimentos de diferentes áreas. Por exemplo, durante o desenvolvimento de um projeto interdisciplinar no curso de Engenharia Agrônoma, alunos com deficiência intelectual foram integrados ao processo produtivo por meio de atividades que consideraram suas habilidades específicas, utilizando materiais adaptados e promovendo um ambiente de apoio. As discussões em sala foram mediadas de forma que os alunos poderiam aplicar o conhecimento teórico de maneira prática, evidenciando as conexões entre o conteúdo técnico e as experiências vivenciadas no cotidiano.

Outra prática fundamental foi a formação continuada dos professores. Muitos docentes não tinham experiência prévia com a educação inclusiva, e, para lidar com esse desafio, promovemos oficinas e seminários internos focados na educação especial. O objetivo dessas atividades foi capacitar os professores para lidar com as necessidades específicas dos alunos com deficiência, além de promover uma mudança de mentalidade em relação à inclusão, reforçando a ideia de que todos os alunos podem e devem ter acesso ao aprendizado em condições adequadas às suas realidades.

Além dessas práticas pedagógicas, é importante destacar a participação ativa dos alunos com deficiência em projetos de iniciação científica. Com o suporte do AEE e dos professores orientadores, esses alunos foram incentivados a desenvolver pesquisas que conectavam as disciplinas técnicas às suas vivências. A experiência revelou que, quando acompanhados e apoiados, os alunos com deficiência podem desempenhar papéis de destaque, desenvolvendo suas habilidades cognitivas e técnicas de forma autônoma.

Essas práticas pedagógicas apresentam resultados comprovados no IFMT, evidenciando que a articulação entre educação e trabalho na EPT, associada a metodologias inclusivas, não só proporciona o acesso ao currículo, mas também fomenta o desenvolvimento integral de todos os alunos. Essas experiências mostram que a inclusão de alunos com deficiência na EPT é uma realidade possível, desde que existam o compromisso docente e estratégias pedagógicas adequadas, criando assim um ambiente educacional que valorize a diversidade e promova a equidade.

Ferreira e Mantoan (2013) destacam que o uso de tecnologias assistivas é uma condição essencial para garantir que todos os alunos tenham acesso ao currículo, contribuindo para uma formação mais equitativa e inclusiva. Além disso, o projeto Política de Inclusão do IFMT tem contribuído para a formação dos professores, que recebem apoio técnico e pedagógico para adaptar suas práticas conforme as necessidades dos alunos com deficiência. Essa formação continuada é essencial para garantir que os professores compreendam e integrem as diferentes dimensões do trabalho e da educação, criando um ambiente de aprendizagem inclusivo e colaborativo. O sucesso desse projeto evidencia a importância da capacitação docente para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas e personalizadas, algo que Mantoan (2006) afirma ser crucial para a efetivação da inclusão escolar.

Outro aspecto relevante discutido nas práticas do IFMT é a integração entre disciplinas técnicas e projetos interdisciplinares. Em um projeto de mecânica, por exemplo, alunos com deficiência física puderam adaptar ferramentas de trabalho para uso com mobilidade reduzida, mostrando que a interdisciplinaridade é uma estratégia poderosa para promover a inclusão e o desenvolvimento integral dos estudantes. Machado (2018) aponta que a interdisciplinaridade, ao conectar diferentes áreas do conhecimento, potencializa a inclusão ao permitir que alunos com necessidades especiais desenvolvam habilidades técnicas e cognitivas em ambientes colaborativos.

O uso de metodologias interdisciplinares também promove a articulação entre a pesquisa e a prática pedagógica. No IFMT, a participação de bolsistas de iniciação científica no projeto Política de Inclusão tem sido um elemento fundamental para o desenvolvimento de soluções criativas e inovadoras no atendimento educacional especializado. Os bolsistas, em conjunto com os professores, têm contribuído para a adaptação de recursos pedagógicos assistivos e para o desenvolvimento de práticas educativas que dialogam com as necessidades específicas dos alunos com deficiência, fortalecendo o processo de inclusão e garantindo uma formação mais equitativa e personalizada.

Essas experiências revelam que a articulação entre trabalho e educação na EPT, quando aliada a práticas pedagógicas inclusivas, não apenas garante o acesso e a participação ativa de alunos com deficiência, mas também promove o desenvolvimento integral de todos os estudantes. Essa articulação cria um ambiente educacional que valoriza a diversidade e fomenta a formação de sujeitos críticos e autônomos. Ferreira e Mantoan (2013) ressaltam que a adaptação curricular e o uso de tecnologias assistivas têm sido instrumentos centrais para permitir que os alunos com deficiência participem efetivamente das atividades formativas, preparando-os para enfrentar os desafios do mundo do trabalho de forma autônoma e inclusiva.

Além de promover a inclusão, a articulação entre trabalho e educação contribui para a emancipação dos alunos, na medida em que o trabalho é compreendido não apenas como uma atividade produtiva, mas como uma oportunidade pedagógica, conforme aponta Saviani (2007). Nesse sentido, a formação humana integral, promovida por meio da EPT, possibilita o desenvolvimento de competências técnicas, sociais e culturais, capacitando os estudantes para atuar no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, desempenhar um papel ativo e crítico na sociedade.

Essas práticas no IFMT, como o projeto de inclusão, demonstram que a articulação entre trabalho e educação é fundamental para a formação integral, principalmente no que diz respeito à inclusão de alunos com deficiência. Elas mostram que a EPT tem um papel crucial na construção de um ambiente educacional que respeita as diferenças, promove a igualdade de oportunidades e forma cidadãos aptos a contribuir com a sociedade de maneira crítica, ética e profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) desempenha um papel central na formação integral dos indivíduos, especialmente quando se trata de garantir a inclusão de estudantes com deficiência. A articulação entre trabalho e educação, característica essencial da EPT, permite que os alunos desenvolvam habilidades técnicas, cognitivas e sociais que os preparam para o mercado de trabalho e para a vida em sociedade de forma crítica e autônoma. No entanto, para que essa formação integral seja efetiva, é necessário que a EPT reconheça a diversidade dos estudantes e adote práticas pedagógicas inclusivas que atendam às necessidades de todos.

A experiência do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), através do projeto “Política de Inclusão - Mapeamento e Implementação de Atendimento Educacional Especializado”, demonstra que é possível criar um ambiente educacional inclusivo e colaborativo, onde a personalização do currículo e o uso de tecnologias assistivas possibilitam que alunos com deficiência participem ativamente das atividades formativas. O atendimento educacional especializado tem se mostrado essencial para garantir que esses estudantes possam desenvolver tanto suas habilidades técnicas quanto suas capacidades sociais e cognitivas, permitindo que alcancem seu pleno potencial dentro do ambiente educacional.

Para que a EPT continue a cumprir sua missão de promover a formação integral e inclusiva, é fundamental que haja um fortalecimento contínuo das políticas públicas voltadas para a educação especial. A formação continuada dos professores, a adaptação curricular e o investimento em tecnologias assistivas são aspectos indispensáveis para que as práticas inclusivas se consolidem e se expandam. Além disso, é necessário que o ambiente educacional valorize a diversidade e promova o trabalho como uma dimensão formativa, essencial para o desenvolvimento humano e social.

A inclusão na EPT não apenas beneficia os alunos com deficiência, mas também promove um ambiente mais colaborativo e enriquecedor para todos os estudantes. A convivência em um espaço que valoriza a diversidade e a equidade fortalece os princípios democráticos e contribui para a formação de cidadãos críticos e preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

Em suma, a Educação Profissional e Tecnológica tem o potencial de ser um espaço transformador, desde que continue a investir em práticas que integrem trabalho e educação e que garantam a inclusão de todos os indivíduos. O desafio é garantir que essas práticas se expandam e se consolidem, de modo a promover a formação humana integral e a construir uma sociedade mais justa e inclusiva. O sucesso dessas iniciativas depende de uma abordagem comprometida com a diversidade, o desenvolvimento pleno dos indivíduos e a formação de cidadãos capazes de atuar criticamente no mundo do trabalho e na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 22 set. 2024.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 22 set. 2024.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.

FERREIRA, N. S. C.; MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2011.

GATTI, B. A. **A Construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLAT, R. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2007.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO (IFMT). **Resolução Consup nº 88, de 16 de setembro de 2022**. Estabelece a Política de Educação Inclusiva para Estudantes com Deficiência e/ou Necessidades Educacionais Específicas no IFMT. Cuiabá: IFMT, 2022.

MACHADO, M. M. **Educação profissional e tecnologia assistiva: desafios para a inclusão**. Porto Alegre: Penso, 2018.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MITTLER, P. **Trabalhando para uma educação inclusiva: contextos sociais**. Londres: David Fulton Publishers, 2003.

PIAGET, J. **O desenvolvimento do pensamento lógico: da infância à adolescência**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 39ª. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

.

ⁱ Sobre os autores:

Ronilson Farias Majjione Balbuena (<https://orcid.org/0000-0003-1859-6079>)

Possui graduação em História pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) 2012, em Geografia pelo Claretiano Centro Universitário 2022 e em Pedagogia pelo Centro Universitário Unifaveni 2024. Pós Graduação em Organização Socioeconômica e Política de Desenvolvimento Territorial nos Assentamentos de Reforma Agrária pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) 2015 e Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Educacional da Lapa (FAEL) 2019. Mestre em Geografia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) 2020. Atua como Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Mato Grosso Campus Cuiabá - Octayde Jorge da Silva, na área de Educação Especial.

Zaryf Araji Dahroug Pacheco (<https://orcid.org/0000-0002-9041-7541>)

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Mato Grosso (2007), especialista em Diversidade e Educação Inclusiva no Contexto das Ciências Naturais pela UFMT. (2020), mestrado em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais pela Universidade Estadual de Maringá (2011) e doutorado em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos (2015). Atualmente é professora do Instituto Federal de Mato Grosso, campus Sorriso e Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Educação Científica, Rica e Inclusiva (EduCRI). Tem interesse nas áreas de Educação, Educação Inclusiva, Métodos ativos de Aprendizagem, STEAM, Ecologia e Sustentabilidade.

Como citar este artigo:

BALBUENA, Ronilson Farias Majjione; PACHECO, Zaryf Araji Dahroug. A articulação entre educação e trabalho na EPT e a formação humana integral: perspectivas para a inclusão de alunos com deficiência **Revista Educação Cultura e Sociedade**. vol. 14, n. 2, p. 113-123, 30ª Edição (Especial), 2024. <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs> .

Revista Educação, Cultura e Sociedade é uma publicação da Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011 e avaliada pela CAPES.

Indexadores: DOAJ – REDIB – LATINDEX – LATINREV – DIADORIM – SUMARIOS.ORG – PERIÓDICOS CAPES – GOOGLE SCHOLAR